



**Parecer da Comissão de Educação, Saúde, Assistência ao Projeto de Lei nº 031/2015 do Executivo Municipal.**

**I - Relatório**

Esta comissão recebeu para análise o Projeto de Lei nº 031/2015 do Executivo, que versa sobre abertura de crédito adicional especial até o limite de R\$ 127.403,43 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e três reais e quarenta e três centavos), bem como faz alterações das leis orçamentárias, para devolução de recursos eram destinados à construção de UBS no Jardim Bela Manhã e reforma/ampliação das UBS da Platina, Monte Real, Vila Claro e Vila Sete.

No projeto consta a justificativa de que o crédito destina-se a devolução de recursos ao Governo Federal, em face da impossibilidade técnica quanto a metragem dos imóveis e questões envolvendo projetos de engenharia, o que inviabilizou a execução dos projetos, o que torna necessário a devolução dos recursos que foram repassados para tais obras, pois não poderão ser utilizados.

Foram anexados ao projeto os pareceres favoráveis da contabilidade e jurídico da Prefeitura Municipal, estimativa de impacto, declaração do ordenador da despesa, relatório discriminando os valores a serem devolvidos em cada um dos casos, bem como extrato dos valores que se encontram depositados e foram apresentadas as fontes de recursos a serem utilizados para a abertura de crédito pretendido.

**II – Análise**

O projeto de lei está enquadrado dentre aqueles de competência desta Comissão, nos termos do artigo 72 do Regimento Interno.

O Executivo tem competência para a propositura, tendo justificado a abertura de crédito e as alterações orçamentárias pretendidas e foram enviados os pareceres dos técnicos da Prefeitura, todos favoráveis, além do impacto orçamentário, declaração de ordenador de despesa e dos demais documentos já mencionados.

Foram apresentados recursos orçamentários suficientes ao crédito pretendido.





Portanto, pelo que se apresenta no projeto, estão cumpridas as disposições da LRF e da Lei 4320/64, motivo pelo qual o projeto pode ser levado à apreciação do plenário desta Casa de Leis.

Ainda, cabe salientar que legalmente é obrigatória a devolução em face da impossibilidade de utilização e cumprimento do convênio.

Há que ressaltar que os recursos seriam muito importantes mas que, pela falha nos projetos não puderam ser utilizados e temos que lembrar que tal devolução já foi objeto de apreciação nesta Casa anteriormente, tendo sido aprovada.

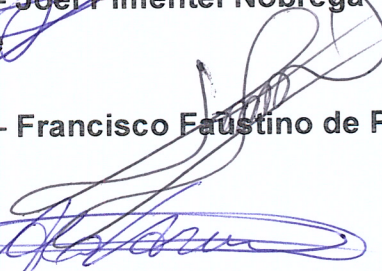
### **III – Conclusão**

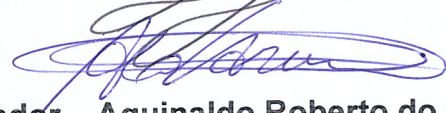
Pelo exposto, considerando as informações constantes da justificativa, a competência para a propositura, os documentos e pareceres acostados ao projeto de lei, esta comissão é favorável a que o projeto seja levado à apreciação do plenário, considerando que estão cumpridas as determinações da LRF e da Lei 4320/64 no tocante à abertura do crédito e alterações das leis orçamentárias e diante dos problemas legais que seriam ocasionados pela demora ou negativa na devolução dos valores ao Governo Federal, inclusive inviabilizando outros recursos e repasses, motivo pelo qual esta comissão é favorável ao envio do projeto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, Santo Antônio da Platina, 26 de março de 2015.

  
**Vereador – Joel Pimentel Nóbrega**  
**Presidente**

  
**Vereador – Francisco Faústino de Proença Júnior**  
**Secretário**

  
**Vereador – Aguinaldo Roberto do Carmo**  
**Membro**